

AUTORIZAÇÃO

Senhor (a) Presidente da Comissão Permanente de Licitação,

Encaminhamos a esse setor as coletas prévias de preços referentes à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE PORTAS DE VIDRO E BANCADAS DE GRANITO CINZA POLIDO, NO HOSPITAL MUNICIPAL CORONEL JOÃO GOMES COUTINHO, de interesse da Secretaria da Saúde do município de Independência-Ce.

Como se vê, dentre as três coletas apresentadas, a empresa **A B ENGENHARIA LTDA** inscrita no CNPJ nº 13.490.136/0001-79, cotou o menor preço.

Assim, fica essa Comissão Permanente de Licitação autorizada a proceder com a formalização do respectivo contrato com a empresa acima referida, dispensada a licitação, conforme instrui o **art. 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores**, nas seguintes condições:

O valor global do contrato será de R\$ 18.519,70 (Dezoito mil, quinhentos e dezenove reais e setenta centavos).

As despesas oriundas do referido contrato correrão por conta da dotação orçamentária nº 0401.10.302.1004.2.013 elementos de despesas 33.90.39.00, subelemento: 33.90.39.99.

Cuide, porém, de exigir previamente da futura CONTRATADA, os seguintes documentos:

DAS EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO:

1.0 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

1.1. Cédula de identidade com foto e CPF do responsável legal ou signatário da proposta;

1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e todos os aditivos, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais ou o Registro Comercial em caso de empresa individual, e no caso de sociedade por ações, acompanhado da ata da assembleia que elegeu seus atuais administradores. Em se tratando de sociedades civis, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

2.0. Prova de inscrição na:

- a) Fazenda Federal (CNPJ);
- b) Fazenda Municipal (Cartão de Inscrição do ISS);



3.0. REGULARIDADE FISCAL:

3.1. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante.

a) A comprova o de quita o para com a Fazenda Federal deverá ser feita através da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e   D vida Ativa da União, emitida nos moldes da Portaria Conjunta PGFN/RFB n  1.751, de 02.10.2014;

b) A comprova o de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na D vida Ativa Estadual;

c) A comprova o de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na D vida Ativa Municipal;

3.2. Prova de situa o regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, através de Certificado de Regularidade de Situa o – CRS, e

3.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT) emitida pela Justiça do Trabalho.

4.0. QUALIFICA O TÉCNICA

4.1. **CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL:** Comprova o de aptidão da empresa licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto desta licita o, que será feita mediante a apresenta o de Atestado ou Certidão fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que conste a licitante na condi o de contratada, por execu o de serviços já concluídos, de características semelhantes às do objeto deste processo.

4.2. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, que conste responsável (eis) técnico (s) com aptidão para desempenho de atividade pertinente ao objeto da licita o.

5.0. QUALIFICA O ECON MICO-FINANCEIRA:

5.1. Tratando-se de Sociedade An nima, publica o em Diário Oficial ou jornal de grande circula o ou cópia autenticada do Balanço Fiscal correspondente ao último exercício social encerrado, devidamente registrado na Junta Comercial da sede do licitante, com as respectivas demonstra o de Contas de Resultados. Os demais tipos societários deverão apresentar cópias

autenticadas do Balanço Patrimonial (**INCLUSIVE TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO**), na forma da Lei, reservando-se à Comissão o direito de exigir a apresentação do Livro Diário para verificação dos valores, assinados por contador habilitado.

5.2. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

6.0. OUTRAS EXIGÊNCIAS

6.1. Declaração expressa, na forma do anexo III desta Dispensa de Licitação, de que atende ao inciso V do art. 27, da Lei Federal nº 8.666/93 e inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Independência-Ce, 28 de novembro de 2023.



ANTÔNIO EDI VIEIRA COUTINHO

Ordenador(a) de Despesas da Secretaria da Saúde